A GESTÃO ESCOLAR E A IMPORTÂNCIA DA LEI 10639/03 NA EDUCAÇÃO

FRANCISCA ADRIANA VIEIRA
PAULO GIOVANE MARTINS
IF SUL DE MINAS, MUZAMBINHO, MINAS GERAIS, BRASIL
E-mail: paulogiovanemartins@yahoo.com.br

1.INTRODUÇÃO

A necessidade de entender melhor qual o papel do gestor, diante de novos desafios na instituição, bem como a importância da sua relação com a política educacional, surgiu devido ao fato de os autores deste TCC trabalharem no sistema público de ensino. A convivência com agentes escolares trouxe-nos também a dúvida de qual papel do gestor diante da diversidade cultural, racial.

Segundo Lück (2011,p.15), "Gestão educacional corresponde ao processo de gerir [...] o sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais (...)".Diante dessa situação, em que se notou uma relação entre política educacional, gestão educacional e aprendizagem, Lück (2011) ressalta que:

> "A gestão educacional, em caráter amplo e abrangente do sistema de ensino, e a gestão escolar, constituem-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino. Isso porque é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, consistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma ideário e estratégias adotadas para tanto. Porém, é importante ter em mente que é uma área meio e não um fim em si mesmo. Em vista disso, o necessário reforço que se dá à gestão visa, em última instância, a melhoria das ações e processos educacionais, voltados para a melhoria da aprendizagem". (LUCK, 2011 p. 15)

Decidimos aprofundar o estudo, porém com direcionamento. A partir daí surgiu nossa motivação para analisar os agentes responsáveis pela educação, tendo como foco o gestor, bem como a interpretação que este faz da lei 10639.O estudo procura proporcionar aos leitores o entendimento do tema, ao mesmo tempo em que responde a alguns questionamentos quanto ao que se deve fazer para ser um bom gestor. O trabalho é complexo, pois são abordadas alterações da LDB e os desafios do gestor escolar.

Neste trabalho busca-se analisar através de uma reflexão critica a Lei 10639/03, em que está modifica a LDB, sendo o objetivo principal do trabalho interpretar o artigo 26-A e 79-B e o desafio do gestor diante desta mudança. Buscou-se saber qual a visão do gestor através de um questionário composto de três perguntas.

Este trabalho originou-se, em virtude de seus autores atuarem como docentes em escola pública, e de visualizarem a necessidade de se pesquisar sobre o assunto com o intuito de reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, combater a discriminação, o racismo e a exclusão. Os objetivos principais específicos: identificar a implementação da lei 10639 e buscar entender o papel do gestor diante da lei 10639 e identificar como o gestor tem discutido a lei nas escolas.

2. O PAPEL DO GESTOR

Do gestor esperam-se ainda ações voltadas à participação de todos, da reafirmação do coletivo nas tomadas de decisões e no encaminhamento dos rumos que a escola deve tomar para ser eficiente na sociedade globalizada.

Segundo Lück (2011, p. 45), "A gestão educacional cultiva relações democráticas, fortalecendo princípios comuns". Em uma gestão democrática o gestor também deve ouvir os alunos, tratá-los com respeito, e na medida do possível atender suas queixas.

O termo “Gestão educacional” ganhou destaque e aceitação na área a partir da década de 1990, e vem sendo reconhecido nos sistemas de ensino. O estudo e a reflexão sobre a representação paradigmática da gestão educacional servem, segundo Lück (2011), para construção de conhecimentos. A autora afirma que é necessário “um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com suas partes, e destas entre si”. Lück (2011, p. 34).

Na atual conjuntura de reformas políticas, a construção de novos conhecimentos faz-se necessário, pois, estamos vivendo o desafio da inclusão ampla e irrestrita de todos os alunos com necessidades educacionais especiais, no sistema de ensino brasileiro.

Os gestores devem estar atentos à gestão participativa, descentralizada, democrática, transparente. Permitir soluções conjuntas, apropriadas ás necessidades locais da escola. O diferencial do gestor, segundo Lück (2011), deve ser o trabalho em conjunto para que se permita alcançar os objetivos de forma mais rápida e segura.

Diante das mudanças que vêm acontecendo dentro da instituição de ensino, quando seus dirigentes iniciam o processo de gestão educacional, se, afinados com as diretrizes e políticas educacionais públicas, compromissados com a democracia e com métodos, criam um ambiente favorável à aprendizagem.

Segundo Lück (2011, p. 18) “A gestão competente se assenta sobre processos de administração igualmente competente”. A partir de processos assim orientados é possível ampliar horizontes e perspectivas de processos educacionais.

A gestão educacional aparece com a superação das limitações do conceito administração. Ela é, ainda segundo o autor, a “arte de pensar, agir e fazer acontecer”.

A educação se desenvolveu mediante uma visão fragmentada da realidade, originando áreas específicas, como forma de se conhecer melhor as partes, para melhor intervir. Essa situação produziu unidades de ação “independentes” e autônomas, que trabalham sozinhas, sem considerar o amplo e complexo sistema do qual fazem parte. (LÜCK, 2011).

Segundo Lück (2011),

> “Desse modo, por exemplo, numa escola, supervisor e orientador educacional separam territórios pedagógicos e até mesmo, algumas vezes, competem entre si. Em sistemas de ensino é possível identificar a existência de vários departamentos ou unidades de trabalho, exercendo sua influência de forma desarticulada sobre as escolas, até mesmo desorientando e desestimulando, por suas múltiplas demandas (...)”. (LÜCK, 2011. p. 67)

O autor diz que o fato citado prejudica a escola, mostrando, portanto, falha em cumprir seu papel social. A concentração não deve ser em disputas de poder, mas os gestores devem se concentrar nos alunos.

Segundo Shiroma, Moraes, Evangelista (2007), o gestor focado e atento deve “dar atenção especial aos grupos desamparados e aos portadores de necessidades especiais”. Como observado na legislação e nas escolas, podemos “dizer”, que tanto o Indígena, quanto o Afro-Brasileiro fazem parte do grupo de excluídos sociais.

Os autores ainda relatam de forma sucinta que o Gestor deve adequar os currículos, favorecendo a aprendizagem, tendo em vista, principalmente, a formação de cidadãos conscientes e aptos a enfrentar os desafios e obstáculos da sociedade. Isso deve ocorrer para todos os alunos, para que ocorra ensino-aprendizagem.

3.ENTENDENDO A LEI

A lei 10639 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional(LDB), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".(BRASIL,2008)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ "3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Segundo Rocha(2006) essa lei é importante, porém o que é mais essencial é a forma com que ela está sendo interpretada e colocada em prática nas escolas.

> "Desta maneira, a partir da análise da Lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica, pretende-se perceber em que medida as políticas de ações afirmativas favorecem ou dificultam a luta contra as desigualdades sociais. Isto se torna possível, em virtude de o debate sobre a Lei 10639/03 estar sendo realizado no bojo do debate das políticas afirmativas para a população negra brasileira".(ROCHA,2006,p.5)

As desigualdades sociais fazem parte do contexto em que vivemos. Uma sociedade dividida em classes. E para efeito do objeto desta pesquisa, trabalhar-se-á com prioridade a categoria "negra brasileira", na perspectiva da incorporação do negro na sociedade de classes no Brasil. Isto não significa que serão desprezadas, nesta pesquisa, as contribuições oriundas do debate sobre as noções de raça e etnia, mas é preciso considerar que esses conceitos e classificações foram construídos por cientistas europeus, com o objetivo de classificar as diferenças entre os homens (ROCHA,2006). As categorias raça e etnia, quando utilizadas no decorrer das análises, devem ser entendidas como categorias históricas, isto é, como produto de determinações na subjunção de uma classe à outra.

A análise da legislação pertinente, calcada numa contextualização histórica, permite afirmar que, na tentativa de esclarecer ou especificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, recolocam no cenário práticas de discriminação e racismo que há séculos perpetuam-se no Brasil. Defende-se a complexidade dos temas e a necessidade do gestor escolar conhecer a legislação pertinente para superar os desafios postos ao trabalho na escola, já que vários aspectos da organização escolar são diretamente afetados pelas proposituras oficiais atuais e cabe ao gestor administrar o âmbito escolar, fazendo intervenções.

4.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho foifeito leituras em livros, leis e uma pesquisa de campo com diretores de oito escolas do Munícipio de Monte Santo de Minas e também se realizaram um trabalho com alunos da escola Estadual Dr. Wenceslau Braz, somando a estás reflexões realizadas na Pós em Gestão escolar. Após estudos e planejamentos foi feito o seguinte:

Foi entregue aos diretores e/ou pedido a pessoas próximas ao Diretor que entregasse um questionário com três perguntas, que possibilitariam analisar qual o entendimento dos gestores (diretores) perante a lei.

Nessa etapa houve alguns contra tempos: 1-O Diretor estava ocupado; 2-Não estava na instituição; 3-recusou-se a pegar o questionário. O fato caracterizou falta de vontade e/ou desinteresse com a temática. Nos resultados discutiremos melhor o assunto. Para recolher

também foi muito difícil, pois os Diretores são muito atarefados e também sobrecarregados com tanta burocracia.

Para os alunos da escola Dr. Wenceslau Braz foram dados atividades de orientação voltadas ao combate de todo e qualquer ato de discriminação. As atividades eram passadas para as salas de forma aleatória.

Com os alunos foi preparada uma atividade de duas etapas. Na primeira foi lida a cartilha do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Que fala do Bullying nas Escolas.

Na segunda etapa foi dado uma charge do Chico Bento e um questionário. Para que os alunos respondessem após a leitura da tirinha.

Desta participaram duas salas de sexto ano, duas de sétimo ano e três de oitavo que foram escolhidas de forma aleatória. Sendo que apenas 118 alunos responderam ao questionário e os outros não entregaram atividade. Cabe ressaltar que a mesma não era para nota e que foi falado aos alunos que era para ver qual o nível de entendimento deles da tirinha.

Sendo que neste questionário havia cinco perguntas, e destas, uma pergunta estratégica (número quatro) que perguntava ao aluno se havia algum tipo de discriminação e/ou Preconceito na escola; e pedia ao aluno para citar quais. De acordo com esses dados foi feito um gráfico.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E O CONTEXTO EDUCACIONAL

A interpretação dos resultados se faz relevante devido às mudanças ocorridas na escola que podem ajudar e/ou prejudicar o aluno.

Resultado

Diretor	Nível de ensino	Descrição da Escola	Resultado
1	Infantil, Fundamental e Médio	Particular	Pleno conhecimento do assunto
2	Infantil.	Filantrópica	Pleno conhecimento do assunto
3	Anos iniciais do fundamental	Pública	Descaso perdeu papel 2 vezes
4	Fundamental e Médio	Pública	Achou assunto irrelevante.
5		Pública	Não se lembrou de fazer
6	Fundamental e Médio	Pública	Diz que vai entregar
7	Anos Iniciais do Fundamental	Pública	Ainda não fez.
8	Fundamental e médio	Particular	Ainda não deu resposta

Fazendo a análise das respostas podemos colher evidências do qual é o conhecimento sobre a lei e qual o nível de importância que o diretor dá à temática.

O diretor 1 responsável por uma Escola Particular que atende anos iniciais, fundamental e Médio; e o diretor da Escola Filantrópica demostraram ter pleno conhecimento. Pois, responderam de forma minuciosa o questionário e também demostraram que já abordam o tema em suas escolas. O Diretor 1 faz algo que demostra sua preocupação com as minorias e os menos favorecidos independente de cor, religião, etc. Ele promove a concessão de bolsas para alunos no início do ano, desde que tenham boas notas na avaliação (Vestibular).

O diretor 3 perdeu papel (questionário duas vezes) o que demostrou pouco importância ao assunto. Digo isto, devido ao fato de que quando algo é importante se você perde você tenta achar. Quando perde duas vezes, seguidas é pelo fato de que não se importa em guardar em local adequado e/ou realmente não dá valor.

O diretor 4 disse que o assunto é desnecessário e que haveria tempo a perder com tais coisas, e recusou-se a responder o questionário. A maneira de responder demonstrou o quanto a temática (assunto lei 10639) é irrelevante para ele.

O diretor 5 mesmo sendo lembrado por mim três vezes disse que não se lembrou de fazer, o que denota que ele tinha outras preocupações e que o assunto era algo que ele deixa para segundo plano.

O diretor 6 disse que vai entregar e até agora não me entregou, essa conduta demostra que para este diretor a temática é algo que pode esperar.

O diretor 7 disse que ainda não fez, demonstrando que o assunto era algo que não o preocupava. Cabe ressaltar que pedi diversas vezes, e mesmo assim esta diretora não se preocupava em me entregar.

O diretor 8 ainda não deu resposta, porém este não poderemos concluir nada pelo fato de que não sabemos se ele recebeu o questionário.

A pesquisa com diretores não obteve o resultado esperado, pois dos 8 diretores consultados apenas 2 (25% dos diretores) tem bom entendimento da lei. Infelizmente o resultado não foi o esperado, pois uma lei de 2003 que era para ser de conhecimento e interesse de todos os diretores.

Não dizemos isso pelo fato de ser uma lei, mas pelo fato de está tratar de um tema relevante o negro, índio, minorias. Ela propõe ações afirmativas pelo fato de forçar a inclusão nas escolas da discussão de formas novas de se ver o negro e os excluídos.

Como a lei propõe essa discussão e não diz quem serão os responsáveis. O que se pode presumir é que todos dentro da escola são chamados a colaborar com a diminuição do preconceito para com os negros e promover sua valorização.

Toda equipe pedagógica devem adquirir um bom conhecimento sobre o assunto para orientar de forma satisfatória [...] (CNJ, 2011), propondo soluções para abordar essa temática com os alunos.

> "[...] o Gestor deve adequar os currículos, favorecendo a aprendizagem, tendo em vista, principalmente, a formação de cidadãos conscientes e aptos a enfrentar os desafios e obstáculos da sociedade. Isso deve ocorrer para todos os alunos, para que ocorra ensino-aprendizagem". (SANTOS&MARTINS, 2012, P.41).

O foco principal é o aluno, no entanto o gestor deve atuar de forma valorizar o professor, que por muitos anos vem sendo deixado de lado, mesmo com seus direitos assegurados em lei. Ela assegura este direito, pois "A LDB cita, no decorrer de seus artigos, a importância da valorização do professor, a importância da qualidade de ensino e o papel do Estado". (SANTOS &MARTINS, 2012, P.41).

Agora falando dos alunos vamos para o resultado da charge com questionário, da qual havia uma pergunta em especial que perguntava ao aluno se ele achava que havia descriminação e preconceito na escola.

Resultado da charge com questionário

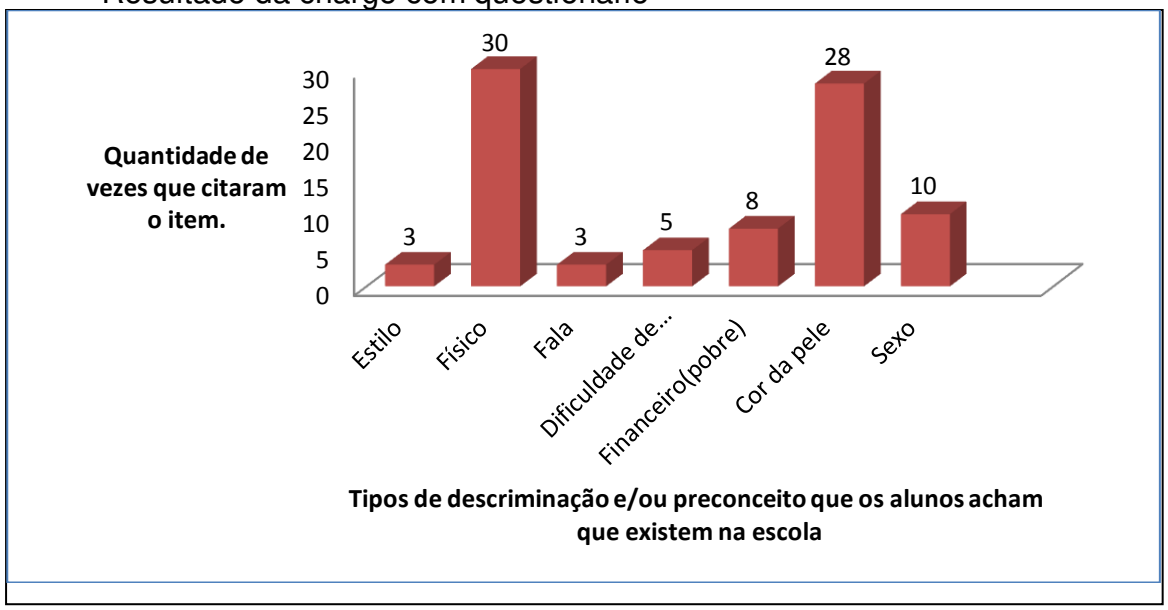

Gráfico 1: Dados dos autores

Como podemos verificar foram citados pelos alunos diversas formas de descriminação e ou preconceito por motivos tolos. Sendo o primeiro pelo tipo físico (gordo, magro, alto, baixo, deficiência motora, deficiência visual, etc.). No segundo lugar está o preconceito pela cor de pele(negro).E em terceiro lugar sexo(gênero e opção sexual).Os demais tiveram valores pouco expressivos, no entanto, merecem atenção; são eles: financeiro, dificuldade de aprendizagem, fala e estilo(modo de vestir).

Como podemos perceber os alunos acreditam que existe a descriminação e o preconceito é expressivo. Para que essa situação melhore todos os responsáveis pela escola deveram rever seus papeis de educadores e trabalhar no combate a estes tipos de descriminação que causam dor e sofrimento aos indivíduos que são vítimas de preconceito.

A dificuldade maior será envolver a toda equipe pedagógica, bem como fazer que mais alunos se interessassem pela temática. Em relação à atividade muitos alunos não demonstraram interesse e não quiseram participar.

Gráfico dos participantes

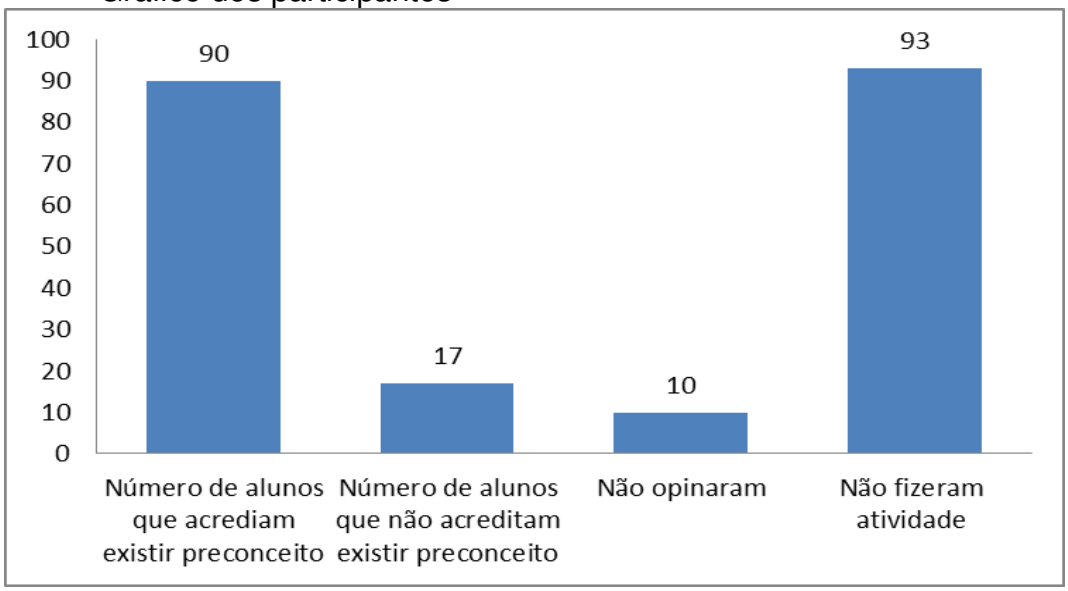

Gráfico2: dados dos autores

No gráfico podemos perceber que praticamente metade não fez a atividade, demonstrado falta de interesse em relação ao assunto que faz parte da vida delas. Dos que fizeram a maioria respondeu que acredita que existe preconceito e descriminação. Esse valor expressivo nos fez pensar que: Será que isto não está ocorrendo pelo fato dos diretores não trabalharem conforme prevê a lei 10639/03?

Cremos que sim isso demostra que quando se fala em educação todos são responsáveis.

Aqui cabe uma ressalva, que para tal tarefa a escola sozinha não dá conta. É necessário a participação de todos ,inclusive da família que a mais interessada no ensino e aprendizagem, bem como na formação de um cidadão que saiba respeitar seu semelhante independente do físico, cor de pele e sexo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o uso e importância da lei 10639/03 e mostrou um panorama real da situação de exclusão, racismo e preconceito em nossa cidade, principalmente em relação ao negro. O estudo de História da colonização da América, em especial a do Brasil, leva a crer que herdamos essa concepção dos nossos colonizadores europeus. Mas Nelson Mandela diz que ninguém nasce odiando outra pessoa pela pigmentação de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião, opção sexual, etc. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas

aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto. (SANTOS. B. dos, MARTINS, P. G, 2012).

Sendo assim, a prática pedagógica no estudo da história e cultura Afro-Brasileira e Indígena se dá a cada instante, e exige que a escola alimente uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam mais diferentes do que os outros. (BRASIL, 2012). Cabe ressaltar que a questão de igualdade se refere aos direitos e deveres, não englobando religião opção sexual, cor ,etc.

No ensejo de combater essa situação e criar uma integração positiva no processo de construção e formação da identidade educacional e nacional, o governo brasileiro, através do MEC, lançou mão de várias alterações e modificações na LDB 9.394/96.

Concomitantemente, o governo de Minas Gerais, através da SEE/MG criou os CBCs, cuja matriz curricular da disciplina História consta tanto matérias obrigatórias, quanto matérias sugeridas, relacionadas à luta antirracista, antidiscriminatória e inclusiva em relação ao índio e ao negro.

Percebe-se que por si só, essa ação não seria suficiente para extirpar essa mancha em nossa sociedade, mas pode-se considerar como um grande passo para a conscientização da coletividade, pois afinal vivemos em um dos países mais miscigenados do mundo, por isso não faz sentido o convívio com essa situação.

Neste caso, o desafio do Gestor é o de gerir a unidade escolar resignificando as diferenças, para que se possibilite aos grupos excluídos sua plena inserção, tanto no sistema de ensino, quanto na sociedade, obtendo com isso a constituição de múltiplas identidades, englobando a afro-brasileira e indígena. A visão do gestor diante dos fatos que ocorrem na escola é importantíssima e pressupõe que ela pode ajudar a diminuir os efeitos da discriminação.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer n.03 de 10 de março de 2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília, Ministério da Educação, julho de 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA(Brasil). Cartilha 2010, Bullying nas Escolas. Disponível em: www.cnj.gov.br. Acesso em 20 Setembro 2011.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: Uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA(Brasil). **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol. 1. Brasília. MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília. MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos /pdf/livro01.pdf. Acesso em 21 abr. 2012.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e educação:** a Lei 10639/03 No Contexto das Políticas Educacionais no Brasil Contemporâneo.2006.135 folhas. Dissertação de mestrado (Mestrando em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS. B. dos; MARTINS, P. G. **Mudanças na LDL nº 9394/1996; educação inclusiva; o sistema de cotas:** Os novos desafios do gestor escolar. 2011. 32 folhas. Monografia do Curso de Pós-Graduação (Pós-graduando em Gestão Escolar)-Faculdade Calafiori, São Sebastião do Paraíso, 2012.

SHIROMA, E. O. ; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.